

I Seminário de Cultura da Articulação de Esquerda – PT Brasília, 12 a 14 de dezembro de 2014.

Cultura Petista: de esquerda e socialista!

Entre os dias 12 e 14 de dezembro de 2014, cerca de 50 militantes da área da cultura, representando 14 estados, das cinco regiões do país, oriundos de grupos culturais, ativistas de movimentos culturais, gestores públicos, acadêmicos, dirigentes partidários e fazedores de cultura de diversos campos, identidades e linguagens artísticas, sendo militantes da Articulação de Esquerda - PT, petistas independentes ou militantes de grupos próximos da tendência, reuniram-se em Brasília com o objetivo de preparar uma intervenção comum e organizada para enfrentar os grandes desafios políticos da cultura nos próximos anos. Neste documento, sintetizamos as principais resoluções, buscando contribuir com o debate e com a luta de esquerda, petista e socialista em nosso país.

OCUPAR AS RUAS E DISPUTAR O IMAGINÁRIO DO PAÍS PARA A LUTA DE ESQUERDA E SOCIALISTA!

O tema da cultura ganhou relevância no debate político nacional no último período. Seja nas manifestações de junho de 2013, seja nos diversos coletivos e redes que surgiram delas, seja no processo de mobilização e polarização programática que ocorreu na campanha à reeleição da Presidenta Dilma, a cultura esteve presente com suas pautas históricas, mas principalmente com novas pautas, justamente devido a os últimos 12 anos de gestão Lula-Dilma.

Nas ruas, vimos quatro pautas políticas convergirem desde 2013: Cultura, Comunicação, Direitos Urbanos e Direitos Humanos. Na gestão mais de um programa e projeto também estimulava, ao longo dos anos, essa integração através de políticas para a diversidade e para o acesso. As questões da mobilidade urbana e a luta por transporte público fortaleceram uma nova visão da cidade, com a defesa de ciclovias, espaços públicos de lazer e cultura e as ocupações por moradia ganharam uma nova versão agora das ocupações culturais, composta por jovens, artistas e cidadãos que não se contentam com os espaços privados que a cidade oferece. O combate ao preconceito virou pauta central de todos os movimentos culturais, com ampla adesão de artistas, blogueiros, mídiativistas e movimentos sociais, que articularam desde os escrachos ao torturadores e a defesa da Justiça e da Verdade no que tange aos crimes da Ditadura, a criminalização da homofobia, o enfrentamento a mortalidade da juventude negra, ao reconhecimento do Funk nas periferias e o fortalecimento do Hip-Hop, a luta contra o racismo, o preconceito de classe e a discriminação dos nordestinos. A luta pela democratização da mídia ganhou força em todos esses setores progressistas, e a internet foi um espaço de convergência e contra-hegemonia nesse processo eleitoral como nunca tínhamos visto.

Essas pautas ganharam caldo durante o processo eleitoral e se transformaram em símbolo da polarização, expressando nossa visão de mundo e ganhando milhões de adesões, principalmente de jovens.

O fortalecimento de um amplo campo de esquerda no segundo turno nos permite sonhar com a ampliação de todas essas pautas e com o papel da cultura no centro de uma estratégia socialista para o Brasil. Não vivíamos um processo tão polarizado desde as eleições de 89. As resoluções da Articulação de Esquerda e do PT apontam para um período duro, da necessidade de aprofundarmos a luta, implementar reformas que mexam na concentração de poder e privilégios das elites brasileiras. O momento político é tenso: após a expressiva vitória de Dilma Rousseff, a direita econômica e ideológica insiste em não aceitar a derrota e tentar impor sua agenda pela força. As oportunidades que se abriram após a mobilização do campo cultural na reeleição de Dilma, e suas declarações, apontam para um segundo mandato mais comprometido com pauta da cultura brasileira. A direita reacionária, conservadora e golpista segue nas ruas, tentando forçar uma ideia de “terceiro turno” – tendo ícones da cultura, como Lobão (que se tornou um personagem caricato e expressão da falta de projeto político da direita para o Brasil), à frente. Nosso quarto governo e segundo mandato da Presidenta Dilma será um período de acirramento das lutas e contradições de classe.

Para que possamos garantir as conquistas, barrar a direita e avançar no aprofundamento de direitos é necessário que a esquerda esteja unificada, nas ruas, com os movimentos sociais e os partidos de esquerda à frente.

No campo da cultura, é urgente e imprescindível que o debate não seja restrito às composições governamentais. Precisamos manter a mobilização de movimentos, redes, artistas e ativistas, debater com a militância os desafios programáticos para a quarta gestão e ter um mandato que enfrente as contradições e retrocessos do primeiro mandato da Presidenta Dilma na área da cultura, entendendo o recado das ruas e fortalecendo a disputa de visão de mundo e valores da sociedade brasileira – para uma perspectiva cidadã, solidária, organizada, sustentável, popular, militante, descolonizada e potencializadora da diversidade (em contraposição ao modelo produtivista, consumista, individualista, hierarquizante, antropocêntrico e violento que ainda é muito presente – e hegemônico – em nosso imaginário coletivo). Precisamos superar o paradigma da centralidade no consumo e, assim, construir uma democracia plena, com cidadania plena, onde os direitos culturais e humanos estejam no centro da estratégia, de construção de uma hegemonia cultural crítica, tendo pleno acesso aos meios de criação, produção, circulação, fruição, memória, formação, pesquisa, informação e comunicação de bens e serviços culturais.

DESAFIOS DOS MOVIMENTOS SOCIAIS DA CULTURA

Como a Articulação de Esquerda sustenta desde sua criação, a esquerda brasileira (e, em especial o PT) precisa ter na luta popular dos movimentos sociais a base de todo e qualquer processo de transformação da sociedade brasileira. Entretanto, a lógica de

conquista de governos trouxe à tona a inversão do processo, colocando a defesa das gestões no topo das prioridades táticas e estratégicas, subjulgando o Partido à condição de correia de transmissão dos interesses da governabilidade, sendo os movimentos sociais a última ponta desta lógica. Na medida em que passamos por constantes pressões das classes dominantes e de construção de alianças pontuais com setores da burguesia, precisamos disputar esta perspectiva e fortalecer a autonomia dos movimentos sociais, disputando e pressionando o Partido e os governos à esquerda. Essa é a história do PT; assim a esquerda petista sempre sustentou suas teses.

Portanto, precisamos fortalecer a luta popular da cultura. A agenda central neste sentido é: fazer a Reforma Política, garantindo a democracia e ampliando as esferas de participação da sociedade (reduzindo a interferência do poder econômico nos interesses públicos, coletivos); garantir a pluralidade de informações, visões de mundo e cultura, acabando com o monopólio econômico dos meios de comunicação; fazer uma extensa e profunda Reforma Agrária; transformar o modelo de cidade e promover a Reforma Urbana; e construir uma Reforma Tributária que onere as elites, tendo a Taxação das Grandes Fortunas como centro deste desafio.

Neste sentido, a militância cultural da Articulação de Esquerda, e com os petistas que assim concordarem, contribuirá para construção de uma Frente Nacional da Cultura (ou outro nome, a ser construído coletivamente), envolvendo movimentos, coletivos, redes, artistas, ativistas culturais etc. por uma agenda de lutas, tendo sua pauta mais ampla do que as políticas culturais. Nossa proposta de pauta: fortalecimento da democracia, da participação popular e reforma política; reforma agrária; reforma urbana; democratização dos meios de comunicação; taxaço das grandes fortunas; e afirmar a cultura como estratégica para disputa de hegemonia e transformação simbólica do Brasil no centro de todas as políticas públicas, buscando a transformação simbólica e a descolonização cultural do Brasil. Como estratégia, propomos a realização de uma plenária nacional com movimentos e a definição de uma agenda comum, com um dia nacional de lutas da cultura e uma pressão permanente sobre nossas pautas na Câmara Federal, no Senado, no Governo Federal, nos Governos e Secretarias Estaduais, Assembleias Legislativas, além de Governos e Secretarias Municipais, e Câmaras Municipais.

SETORIAL DE CULTURA DO PT

Defendemos que o Partido precisa ter uma setorial atuante o ano inteiro, debatendo temas e construindo lutas que extrapolem a pauta eleitoral e as composições governamentais. Precisamos debater com toda a militância petista e com todo o campo cultural de esquerda, em todos os estados, os desafios da esquerda, do PT e da cultura para o próximo período.

Nesses quase três anos, de atual gestão, cumprimos um papel protagonista no Coletivo Nacional, sempre apresentando propostas de resolução e contribuindo na articulação

da Secretaria Nacional, com os estados, com a Bancada Federal, com os gestores públicos e com os movimentos sociais da cultura.

Mas é necessário reconhecer que assim como outras instâncias do PT, nossa Secretaria Nacional de Cultura, as Secretarias Estaduais e seus coletivos, estão longe de cumprir o papel que desejamos, e que necessitamos para o próximo período.

Precisamos horizontalizar mais nossa atuação, criando instâncias setoriais, temáticas, regionais, municipais que atuem de forma permanente e que de fato organizem a intervenção do PT nos diversos movimentos, entidades, setores, colegiados, conselhos e instituições públicas que dirigimos ou integramos, além de estabelecer maior unidade e articulação entre os Setoriais de Cultura Estaduais e Municipais.

Definimos como forma de organizar nossa atuação, a criação de núcleos e coletivos de cultura do PT nos espaços onde atuamos, sempre em conjunto com as instâncias formais, mas na prática muitas delas pararam de se reunir ou de atuar coletivamente, o que pensamos não poder impedir que outros grupos se organizem, de forma aberta e pública.

Essa hierarquização demasiada, esse engessamento demasiado, essa maneira de organizar as coisas de forma fechada e não aberta, não tem contribuído para que o PT cumpra o seu papel no movimento cultural e na sociedade. Na prática, o PT como um todo tem muito poucos espaços de militância coletiva, o que distorce a prática da militância política e obrigada alguns a participar de Mandatos, ao invés de instâncias partidárias. A rua e as redes sociais, estão cheios de exemplos positivos de disputa cultural, disputa política, e articulação de ações comuns.

A decisão do PT nacional de não priorizar sua atuação setorial é antiga (nacionalmente e nos diversos estados), e precisamos nesse momento mais do que nunca fazer um movimento de baixo para cima, assim como aprendemos com os conceitos potentes e transformadores advindos do “Cultura Viva” e “Pontos de Cultura”, para ir permeando novamente o PT com as pautas da rua, da urgência dos acontecimentos.

Pensamos assim como outras organizações partidárias mundo afora, que quem organiza a luta é o partido, mas se ele não está profundamente conectado com a sua base ele corre o risco de ser um clube de amigos, ou uma estrutura tradicional, e na sua relação com a cultura, assim como na juventude, é onde temos que ser mais ousados, mais circulares, mais horizontais.

DESAFIOS PARA O QUARTO MANDATO

A conclusão mais importante do debate sobre conjuntura política e desafios do governo Dilma na área da cultura é a de que o PT e o Governo ainda não entenderam, no sentido amplo da palavra, o papel estratégico da cultura para a disputa de hegemonia, de valores de esquerda na sociedade brasileira. A disputa hegemônica se dá cada vez mais através da cultura, da disputa simbólica, na dimensão subjetiva e no

imaginário. Obviamente, ela não substitui a dimensão material e objetiva da luta de classes no Brasil, mas o abandono por parte do governo e do PT dessa estratégia em grande medida nos levou há fortalecer a hegemonia cultural do capitalismo e do neoliberalismo. Na prática, nunca esteve tão forte o modelo “american way of live” na sociedade, incluindo os setores que ascenderam economicamente, tendo como carro-chefe os shoppings centers, carrões importados e viagens para Miami e Orlando.

É preciso entender que junto com as políticas de fortalecimento das bases materiais dessa nova classe trabalhadora são necessárias políticas públicas de cultura – no mais amplo sentido do termo – que também fortaleçam os valores culturais de uma sociedade igualitária, justa e que tenha como pilar básico a diversidade.

O Ministério da Cultura cumpriu um papel decisivo nesse processo de disputa simbólica no Governo Lula, afirmando a diversidade cultural e social do Brasil, reconhecendo como atores e sujeitos culturais, grupos sempre excluídos, oprimidos e perseguidos pelo Estado Brasileiro.

Retomar essa dimensão, afirmando a defesa radical da promoção da diversidade cultural, como nossa principal identidade, a defesa dos direitos humanos, englobando aí as lutas dos povos indígenas, das mulheres, da cultura afro-brasileira, da comunidade LGBT, das pessoas com deficiência, da juventude, da periferia, da criança e do adolescente, dos idosos e dos povos e comunidades tradicionais nominados no Decreto 6040, é decisivo para a construção de um projeto nacional conectado com o Século XXI e avançado do ponto de vista programático, pois essas pautas englobam 90% da população.

UM PROGRAMA POLITICO PARA A CULTURA BRASILEIRA:

Para o segundo mandato da companheira Dilma, inúmeros são os desafios no campo da cultura. No I Seminário de Cultura da Articulação de Esquerda definimos 6 pautas prioritárias:

- **Fortalecer o Cultura Viva como Política de Base Comunitária do SNC e de promoção da Diversidade Cultural Brasileira;**
- **Colocar a cultura no centro de todas as políticas públicas, buscando a transformação simbólica e a descolonização cultural do Brasil;**
- **Democratizar os meios de comunicação e quebra dos monopólios;**
- **Ampliar e qualificar programas de articulação entre cultura e educação;**
- **Ampliar os recursos para a cultura (combatendo a isenção fiscal e fortalecendo os Fundos);**
- **Aprofundar o SNC, ampliando a participação popular nas políticas públicas e garantindo a sua incidência na construção dos orçamentos;**

O CULTURA VIVA COMO POLÍTICA DE BASE COMUNITÁRIA DO SNC: DESAFIOS PARA SEGUIR AVANÇANDO

Do ponto de vista das políticas públicas culturais, nos 12 anos de governos de esquerda – com Lula, Dilma e os movimentos sociais à frente –, produzimos uma ruptura paradigmática e institucional inédita no Brasil e na América Latina. Esta grande transformação é resultado da luta histórica dos e das militantes da área da cultura e de todo um conjunto de forças sociais e políticas que, há séculos, disputam os rumos da sociedade para que os direitos culturais sejam garantidos e exercidos no Brasil e no mundo. A partir da organização popular, da formulação teórica e das experiências exitosas da esquerda em governos municipais e estaduais, estabeleceram-se as bases para elaboração do programa de governo que orientou e orienta esta ruptura, intitulado “A Imaginação a Serviço do Brasil”.

Sem dúvida alguma, o programa Cultura Viva é uma das principais expressões desta ruptura, marcando profundamente a história cultural, política, econômica e social do país. Hoje, no Brasil, são mais de 4 mil grupos culturais reconhecidos e potencializados como Pontos de Cultura, que contaram ou contam com recursos públicos para que ampliem as condições de acesso aos bens e serviços culturais por parte de cidadãos e cidadãs, estimulando a criatividade, o exercício da cidadania cultural, uma ação educativa descolonizadora e desmassificadora, a autonomia, o protagonismo e a diversidade como projeto de sociedade, e pautando outras economias em seus espaços de atuação: economia viva, economia criativa e economia solidária.

No momento em que comemoramos sua primeira década, cabe a nós o desafio de construir reflexões coletivas que apontem novos horizontes e estratégias para o aprofundamento, ampliação, enraizamento e aperfeiçoamento do programa. Neste sentido, precisamos aprofundar um conjunto de diretrizes e um desenho institucional que garantam atribuições para os Entes Federativos; modelos de financiamento; ampliação orçamentária; dinâmicas que envolvam os inúmeros programas na área da cultura e demais políticas governamentais (transversalidade e inter-setorialidade); institucionalização do programa como Política de Estado; e adequação do ordenamento jurídico e normativo à diversidade cultural brasileira.

O desafio central nos dias de hoje é o de fixar o Cultura Viva como Política de Base Comunitária do SNC. Sem dúvida alguma, a aprovação da Lei Cultura Viva (de autoria da companheira Jandira Feghali, Deputada Federal pelo PCdoB do RJ) é um marco histórico no sentido de consolidação do programa como política de Estado.

Assim como no SUS, o SNC trata de se organizar a partir de níveis de atuação. A Política de Base Comunitária é composta por todos os programas e ações que têm um cotidiano institucional voltado às dinâmicas mais imediatas dos cidadãos e cidadãs (especialmente aqueles e aquelas que não têm no campo da produção cultural a sua atividade profissional), em nível local e/ou temático. Precisamos avançar na construção de estratégias comuns e articuladas no que tange aos inúmeros projetos e ações que compõem a Política de Base Comunitária do Sistema Nacional de Cultura. O programa Cultura Viva poderia englobar não só os Pontos de Cultura e as ações que

marcam sua história institucional, como, ainda, as inúmeras iniciativas voltadas ao acesso direto de cidadãos e cidadãs, como Pontos de Memória, Pontos de Leitura, Agentes de Leitura, CEUs das Artes e demais equipamentos culturais comunitários, cineclubes, bibliotecas, programas como o Mais Cultura nas Escolas, NUFAC etc. Este tipo de atuação contribuiria, sem dúvidas, para que fossem atingidas tantas das metas que constam no Plano Nacional de Cultura.

É necessário que sejam definidas as atribuições de governos municipais, estaduais, da União e da sociedade no que tange à Política de Base Comunitária. Semelhante à “atenção básica” do SUS, este nível deverá rumar para a sua municipalização, tendo os governos estaduais e o governo federal, o papel de articular as políticas de redes regionais, setoriais e o repasse de recursos por meio de fundos de cultura (a gestão de políticas voltadas a Pontos de Cultura é um dos exemplos de ações a serem executadas por governos estaduais e governo federal). A municipalização deve-se ao fato de que este nível demanda o conhecimento prévio do conjunto de elementos singulares que caracterizam as comunidades nas quais as ações estão inseridas, um amplo diálogo com as forças sociais e instituições públicas que compõem o tecido social dos contextos em questão e, mais importante ainda, exigem uma ação de acompanhamento e atenção permanente junto às ações – dimensões estas que exigem interlocução com a rede de serviços disponíveis. Trata-se de um nível mais voltado à formação, à criação e à produção. Assim, outro desafio é articular as inúmeras políticas culturais de base comunitária, bem como, a articulação com outras políticas governamentais. Outra política que se soma para a viabilidade de municipalização das Redes de “Pontos de Cultura” ou “Cultura Viva” é o apoio e estímulo a criação e fortalecimento de Consórcios Intermunicipais de Cultura, podendo a partir destes serem firmados convênios ou outros tipos de termos que favoreçam com que os recursos federais cheguem até pequenos municípios dos interiores do Brasil.

Precisamos ampliar os recursos destinados à Política de Base Comunitária do SNC por meio de outros dispositivos, como a definição de um percentual do PIB, do FNC, do Fundo do Pré-Sal etc. Com a aprovação do SNC (em 2013), já em 2014 está ocorrendo o primeiro repasse de recursos do FNC (Fundo Nacional de Cultura). Agora, precisamos condicionar os repasses do FNC ao investimento na Política de Base Comunitária do SNC. Ou seja, para que possam acessar recursos da União (seja de qual programa for – inclusive recursos oriundos da Lei Rouanet), governos municipais e estaduais terão que investir um percentual de recursos na Política de Base Comunitária. Da mesma forma, enquanto vigorar a Lei Rouanet, as empresas que patrocinarem projetos com renúncia fiscal deverão investir uma contrapartida no FNC, destinada à Política de Base Comunitária.

Precisamos construir uma política de financiamento que reconheça as diferentes realidades e necessidades. Neste sentido, é necessário que sejam investidos recursos superiores aos investidos hoje em grupos culturais que contam com uma estrutura organizacional mais ampla, que atuem com produções mais caras e/ou envolvam mais atores sociais; por outro lado, há grupos culturais que podem, em dado momento, demandar um investimento menor (como, por exemplo, a aquisição de equipamentos,

figurinos etc.). Precisamos, por fim, estabelecer uma política de reajuste permanente dos valores investidos às flutuações da economia (por exemplo, indexar os valores à inflação);

Adequação das estruturas jurídicas e normativas do Estado à diversidade cultural brasileira: os marcos legais que estruturam o Estado brasileiro não só limitam, como são adversos à diversidade brasileira. Hoje, uma empresa privada (que objetiva o lucro), contratada pelo Estado para executar um serviço, tem mais facilidade para prestar contas (mesmo que se trate de milhões de reais) do que uma comunidade tradicional que recebe cinco mil reais mensais para promover o acesso de sua comunidade aos bens e serviços culturais. O Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil significa um avanço extraordinário, mas, ainda assim, precisamos avançar em sua regulamentação, no sentido de reconhecer a complexidade e as dinâmicas dos processos culturais, vinculando as prestações de contas ao cumprimento das metas físicas apresentadas nos projetos (e não as metas financeiras). Da mesma forma é necessário que seja possibilitado o acesso aos recursos por parte de grupos informais, sem constituição jurídica. Ou seja, é necessário que o Estado esteja ainda mais adequado para que a ação cultural aconteça;

Ligada ao desafio anterior, acreditamos que a democratização do programa em nível comunitário (por meio dos Comitês Gestores Comunitários) é não só uma forma de promover a participação popular e o envolvimento de agentes e grupos na gestão, mas, também, pode contribuir para o controle social dos recursos públicos investidos na ação cultural (o que poderia ser incorporado formalmente no processo de acompanhamento e fiscalização por parte do Estado);

Além disto, precisamos instituir Comitês Gestores do programa em todos os níveis (comunitário, municipal, estadual e nacional), contando com representações da sociedade civil (não só de Pontos de Cultura, como dos Colegiados, CNPC e cidadãos/ãs participantes das ações) e governamentais (nos três níveis da Federação, nos Três Poderes, em diferentes áreas e setores de políticas públicas). Os Comitês ligados às políticas governamentais (municipais, estaduais e nacionais) terão a atribuição de, entre outras coisas, conhecer e discutir o orçamento da União, das políticas culturais, além de participar da construção do planejamento orçamentário da Política de Base Comunitária.

É necessário que se passe a compreender os Pontos de Cultura como integrantes de uma política pública formada em rede; que promove e garante a autonomia; a diversidade; e o acesso aos bens e serviços culturais por parte de cidadãos e cidadãs. Neste sentido, precisamos passar da vinculação aos recursos disponíveis à construção de um Cadastro Nacional de Pontos de Cultura, a partir da construção de parâmetros e indicadores a serem formulados e normatizados no Comitê Gestor Nacional do Programa.

A tridimensionalidade analítica e estratégica das políticas culturais (sua análise e planejamento sob o ponto de vista da dimensão simbólica, econômica e cidadã) não pode se converter em separação fenomênica. Ou seja, podemos ver as políticas

públicas culturais sob estes três olhares, identificando seus impactos no âmbito de três sub-sistemas sociais (econômico, estético e político), mas não podemos, com isso, acreditar que existam três fenômenos distintos (as ações econômicas, que são diferentes das ações simbólicas, que diferenciam-se das ações cidadãs). Todo e qualquer processo cultural pode ser observado e planejado por qualquer um dos três ângulos, tendo, certamente, rebatimento em todas as três dimensões, dado que são estruturantes de todas as relações sociais. Em geral, pode-se dizer que muitas das limitações de aprimoramento técnico e estético, não raro, estão ligadas às limitações orçamentárias (com qualidade de materiais, profissionalização, condições para pesquisa e criação etc.). Assim, a estrutura orçamentária destinada às políticas culturais deve contar com parâmetros comuns de investimentos em projetos culturais, independentemente se são de culturas populares, eruditas, indústria cultural etc.

DEMOCRATIZAR OS MEIOS DE COMUNICAÇÃO PARA PROMOVER A DIVERSIDADE

A construção da programação de TV's, rádios e demais mídias públicas deve ter nas ações da Política de Base Comunitária do Sistema Nacional de Cultura uma de suas principais forças geradoras, contando com recursos para a potencialização de conteúdos populares e comunitários. Todas as políticas culturais deverão potencializar ainda mais o software livre, a produção colaborativa e em rede, e ter os conteúdos com licenciamentos abertos ao bem comum.

Bem como encarar com ousadia e compromisso o desafio de democratizar os meios de comunicação e produção da cultura brasileira. Através do plano nacional de banda larga, da regulamentação do Marco Civil da Internet, do fortalecimento de todos os meios de comunicação progressistas, independentes e comunitários, da criação de políticas de ampliação da cultura colaborativa, das redes sociais, do software livre. Fortalecendo o papel cultural e formativo da Rede Pública de Rádio e TV e da EBC, e ampliando a relação delas com os grupos organizados da sociedade civil na cultura, TV's e Rádios Educativas, Comunitárias e outras mais, incluindo-se também nesta pauta os canais da TV Digital.

CULTURA DIGITAL E SOFTWARE LIVRE

A importância do fortalecimento da Cultura Digital e Software Livre no Ministério da Cultura, como uma estratégia de Estado no marco da ampliação e democratização dos meios de produção do simbólico por parte dos sujeitos culturais, na perspectiva de ações e políticas transversais com o Ministério da Educação, da Ciência, Tecnologia e Inovação e da Comunicação, é de extrema relevância no próximo contexto e período democrático que se abre. Ao mesmo tempo em que o Governo Federal faz luta política pela aprovação do Marco Civil da Internet (Constituinte da Internet), que tirando alguns pontos do Marco é um avanço na questão de legislação brasileira para cidadania e democratização dos meios de construção de narrativa e disputa de hegemonia político-social e econômico, durante o Governo Lula, tendo no Ministério da Cultura Gil e depois Juca o Brasil deu salto de qualidade no uso e pesquisa de tecnologias livres (hardware livre, robótica livre e software livre), com o Governo Dilma,

com a Ministra Ana de Hollanda, tivemos um recuo no campo estratégico do simbólico com a retirada do Creative Commons, formas de definição dos direitos autorais, aonde o ECAD conseguiu obter vitória política, desconstruindo toda base social do governo Dilma e futuro avanço para democratização ao acesso aos bens imatérias e simbólico, que impulsionaria mais ainda uma nova forma de ver o produto do desenvolvimento humano como bem comum, quando é pago pelo Estado, na constituição da sociedade.

Tivemos muito retrocesso com essa ruptura pragmática do Governo, interrupção e pouco investimento na Ação de Cultura Digital e no Software Livre, como meio de produção de conteúdo cultural e científico, pouca potência de relacionamento em ações transversais com demais Ministérios afins, com quadros técnicos políticos capazes de darem consequência no avanço de políticas públicas integradas via Cultura Digital, com bases capilares, por exemplo, Pontos de Cultura e Escolas (“Escola Viva”), que poderia utilizar o conteúdo e a visão do Creative Commons na produção de novos conhecimentos e resinificação no processo educacional e educativo, com Recurso Educacional Abertos – REA.

É imperativo para a disputa do simbólico e hegemonia cultural, por parte do Ministério da Cultura, do Governo Dilma que possamos ter clareza da aliança estratégica com a militância, ativistas, hackers, da Cultura Livre para a disputa contra ala reacionária e conservadora que vê como inimigo a possibilidade do compartilhamento de ferramentas que possa contribuir na consciência social e sua emancipação, tendo conteúdos produzindo pelos sujeitos históricos sem intermediação do Capital e das suas ferramentas proprietárias de dominação e doutrinação social.

Para isso é necessário reaproximar toda essa potência da cultura para construir junto o governo democrático e popular, fortalecendo vínculos e política mais efetivas e estruturantes no Estado, em transversalidade com demais Ministérios afins, com uma política de Banda Larga clara e rápida, com democratização dos meios de comunicação, e mudança no currículo escolar que possa ter essa abrangência de uma nova concepção de Educação, com REA e os Pontos de Cultura como instrumentos estratégico para disputa de hegemonia social e cultural.

SISTEMA NACIONAL DE CULTURA E PARTICIPAÇÃO

A estrutura institucional vem se organizando de acordo com as diferentes necessidades sociais, buscando dialogar com as inúmeras singularidades que compõem o campo da produção cultural, entendendo as políticas culturais de forma sistêmica: envolve um conjunto de atores e instituições (a sociedade, os entes federativos e os três poderes), com atribuições e direitos singulares, em uma rede articulada, orientada por planos que estruturam diretrizes e desafios para o Estado brasileiro (para além dos governos), formulados e acompanhados por processos democráticos e participativos, com base em pesquisas e indicadores, garantindo a eficiente disponibilização de recursos a partir de fundos interligados entre os entes federativos.

É possível considerar que as políticas culturais estão no extremo oposto às políticas de saúde. O Sistema Nacional de Cultura (SNC, nas palavras da ex-ministra Marta Suplicy, “a certidão de nascimento das políticas culturais”) data pouco mais de um ano de aprovação pelo Congresso; a maioria de estados e municípios sequer conta com os seus; e o acesso aos bens e serviços culturais está longe de ser reconhecido como direito pela maioria da população, principalmente graças à privatização das políticas culturais no período recente, de neoliberalismo, exclusivamente focado na renúncia fiscal, e aos limites estruturais do modo de produção capitalista. Se considerarmos o conceito de cidadania como o conhecimento do “direito a ter direitos”, conforme Hannah Arendt, no que diz respeito à cultura dos direitos culturais, por mais que estejamos avançando significativamente nos últimos 10 anos, vivemos ainda um período que pode ser caracterizado como de pré-cidadania.

Em 12 anos de governos populares, com Lula e Dilma, nos afastamos de um ciclo de políticas neoliberais no campo da cultura, em que o Estado entregava à iniciativa privada a prerrogativa de orientar todos os recursos públicos (via renúncia fiscal), tratando a cultura como privilégio, entretenimento e instrumento de marketing empresarial (portanto, não como direito). A partir do Governo Lula, passamos ao processo de construção de um Estado forte, com condições de garantir os direitos culturais e promover uma cultura de direitos (cidadania cultural), respeitando e promovendo a autonomia e a democracia. Este processo passa pela ampliação do orçamento (o Fundo Nacional de Cultura); democratização da gestão (com participação popular – a exemplo dos Colegiados Setoriais, das Conferências, do Conselho Nacional de Políticas Culturais, da Comissão Nacional de Pontos de Cultura etc.); e um planejamento que ultrapassa as gestões governamentais, indicando diagnósticos, desafios, diretrizes e metas para o projeto de país que queremos nos próximos 10 anos (o Plano Nacional de Cultura). Estes elementos são os pilares de estruturação do Sistema Nacional de Cultura, aprovado no ano passado pelo Congresso. Portanto, o Cultura Viva não é um favor, não tem dono e não é mérito de nenhuma pessoa isolada – é um direito, produto de lutas históricas no campo da cultura, aglutinadas no campo político que elegeu Lula e Dilma.

Desta forma, temos três grandes desafios: a construção da consciência dos direitos (cidadania cultural); a construção de desenhos institucionais que compreendam os diferentes níveis de necessidades e demandas socioculturais, esferas de participação e atribuições estatais (a criação e o detalhamento/aprofundamento dos Sistemas de Cultura); e, por fim, a sua plena efetivação. A superação destas três necessidades só avançará se caminharem juntas: a consciência de direitos (cidadania cultural) só avança na medida em que estes vão sendo reivindicados, garantidos e exercidos, possibilitando o desenho de modelos institucionais mais eficazes que, por sua vez, efetivem os direitos e ampliem a consciência em relação a eles, e assim por diante, num movimento dialético.

EDUCAÇÃO E CULTURA

E nessa defesa radical da promoção da diversidade, necessitamos impulsionar com brevidade o debate de integração da educação e da cultura como estratégia para um

novo modelo de sociedade que respeita saberes e culturas. A educação que por sua vez enfrenta esvaziamentos e dificuldade por fazer a manutenção de uma educação bancária. Cabe-nos avançar um profundo movimento de ressignificação da educação integrada de qualidade amparada pela cultura garantindo inclusive a memória do país. Tarefa exigente e estruturante para a instrumentalização do sujeito na compreensão dos próprios direitos e deveres na democracia.

Chamar a educação para o debate amplia e possibilita apresentar nossa preocupação com as relações que se estabelecem dentro da escola junto à cultura. A escola que é o espaço formal para a construção do conhecimento, ainda mantém postura conservadora e fragmentada, fazendo a manutenção das barreiras de impedimento da aproximação entre cultura e educação como saberes específicos. O aprofundamento deste debate exige exercitar uma lógica contra a fragmentação dos conteúdos, impossibilitando que inclusive projetos como o Mais Educação, seja utilizado como mero passatempo. Para isso, discutir e planejar um projeto “piloto” que possibilite a construção do conhecimento com as suas nuances, a sua complexidade, a sua historicidades, garantindo o estudo do conhecimento acumulado historicamente, mas também os saberes populares, culturais e a memória do lugar, tão enfatizados pelo campo da cultura.

Promovemos assim, portanto, a necessidade da questão ser pensada tanto da cultura para a educação, quanto da educação para a cultura. Indo, então, para além de pensarmos somente na educação formal, e sim em um amplo e ousado Programa Nacional de Formação Cultural. Integrando as instituições de ensino, mas também principalmente valorizando as tantas iniciativas e expressões e manifestações culturais existentes como também processos de ensino e aprendizagem. As experiências programáticas e políticas anteriores, como Escola Viva ou da Ação Griô já nos inspiram nesse sentido, e as experiências mais recentes como o Mais Cultura nas Escolas, e Mais Cultura nas Universidades é um aprimoramento destas inspirações. Porém para além dessa visão é importante que os outros tantos valores passados de geração a geração e de um ser a outro nos mais diversos meios e modos também são merecedores de estarem identificados como educativos e fortalecendo, assim, um ousado e robusto Programa Nacional de Formação, revalorizando tanto a Educação quanto a Cultura.

SECRETARIA NACIONAL DE CULTURA DO PT

No último Encontro Nacional de Cultura do PT, que ocorreu em SP em 2012, elegemos 10 dos 185 Delegados presentes. Compusemos a chapa vitoriosa do Encontro: O PT a Serviço da Diversidade Cultural Brasileira, composta por AE, Mensagem, independentes, e setores do CNB, elegendo o companheiro Edmilson Rodrigues como Secretário. Tivemos, até hoje, um companheiro titular no Coletivo Nacional, composto por 10 titulares e 10 suplentes, que foi o companheiro Pedro Vasconcellos, do RS, que teve um papel protagonista fundamental nas tarefas do Partido e da Articulação de Esquerda, inclusive para construção deste nosso I Seminário Nacional de Cultura da AE.

No Seminário, definimos a importância de separação das tarefas entre Governo e Partido. Neste sentido, indicamos a mudança de nossa representação, passando a

companheira Sônia Fardin, de Campinas-SP, que é integrante da Chapa O PT a Serviço da Diversidade Cultural Brasileira, à condição de Titular do Coletivo Nacional.

Para dar apoio às decisões políticas e tarefas operacionais da atual representante titular, compusemos uma Coordenação Executiva da Setorial Nacional de Cultura da AE, que deverá acompanhar a companheira Sônia junto à Secretaria Nacional de Cultura do PT.

MINISTÉRIO DA CULTURA

Esse conjunto de proposições e propostas programáticas são nossa contribuição para o debate que se abrirá na segunda gestão da Presidenta Dilma, sobre o MinC e outros Ministérios que igualmente executam políticas culturais. Participamos da elaboração do Programa de Governo da Presidenta Dilma (e de tantos outros candidatos e candidatas a Governador e Governadora nos seus estados), participamos e também promovemos debates que ocorreram, e deixamos aqui nossas contribuições para o PT, para os movimentos e para o próximo Ministro, ou Ministra que assumir a pasta.

Consideramos que não será fácil a tarefa de dirigir o MinC no próximo período, em razão do tenso cenário político, da situação adversa no Congresso, que terá composição ainda mais conservadora que a atual e em razão da situação econômica internacional, que incidirá sobre o orçamento geral da união.

Cabe portanto considerar que o próximo Ministro, ou Ministra terá que ter capacidade política de aglutinar as forças de esquerda no campo da cultura (especialmente aquelas que se mobilizaram no segundo turno eleitoral) para manter a agitação cultural em defesa do Governo, e que possa implementar um programa e uma agenda que avance no que diz respeito à garantia dos direitos culturais e da cultura como central na disputa de hegemonia política, como sua pauta prioritária. Além disto, que o novo ministro tenha condições de compor um Ministério com caráter de esquerda, com forte presença de ativistas, intelectuais, gestores e militantes forjados na luta.

Neste sentido reforçamos que dentre os nomes que estão colocados no debate público entendemos que o que mais se aproxima da nossa pauta programática e dos desafios do presente é o nome do companheiro Juca Ferreira, atual Secretário Municipal de Cultura de São Paulo e ex-Ministro da Cultura. Na expectativa de que estabeleça um diálogo permanente com amplos setores dos movimentos culturais, com os partidos de esquerda e com a Secretaria Nacional de Cultura do PT – tarefa que a Articulação de Esquerda se dispõe a colaborar.

SETORIAL DE CULTURA DA ARTICULAÇÃO DE ESQUERDA - PT

Elencamos estruturas organizativas e algumas tarefas para o período:

Uma Coordenação Nacional que terá a tarefa de articular nossa participação no debate político partidário, social e institucional. Será a responsável pela nossa comunicação,

informes, organizar nossas reuniões, nossa política de formação e de registro e memória. Se reunirá periodicamente duas vezes por ano, ou quando necessário. Bem como será responsável pela condução da nossa política e execução do Plano de trabalho.

COORDENAÇÃO NACIONAL DE CULTURA DA AE

Colegiado

RJ- Claudio Paolino
PE- Lucas Alves
GO- João Prestes
GO- Flávio Batista
RS- João Pontes
RS- Patrícia Affonso
CE- Luana Marques
CE- Angelim de Icó
DF- Yuri Soares
DF- Pedro Vasconcellos
PI- Marcelo Custódio
BA- Cris Alves
ES- Emílio Font
SE- Ancelmo Amaral
PA- Telma Saraiva
SP- Sônia Fardin
SP- Fábio Riani Perinotto (Binho)

Coordenação Executiva

Sônia Fardim
Yuri Soares
João Pontes
Luana Marques
Telma Saraiva
Pedro Vasconcellos

Grupos de trabalho

GT Comunicação: Robson Sampaio, Binho Riani Perinotto, Fabiana Menini, Wanderson, Vinicius Borba

GT Registro e Memória: Alice Benvenuti, Paula Stutinsky, Sônia Fardim

GT Formação: Marcelo Azevedo e Marcel Franco Araujo Farah

Tarefas emergenciais: caberá a executiva da Coordenação Nacional de Cultura da AE organizar

- 1 – Realizar um seminário - plenária anual, prevista para setembro de 2015;
- 2 - Realizar plenárias regionais;
- 3 - Produzir documentos programático;

- 4 - Formular proposta para a Jornada de Formação da AE com foco nas questões dos movimentos de cultura;
- 5 - Mobilizar os militantes da área de cultura para participarem das jornadas de formação da coordenação nacional da corrente;
- 6 - Organizar atividades de formação por seguimentos e regiões;
- 7 - Criar listas, grupos e redes sociais de debate de cultura;
- 8- Organizar um mapeamento dos movimentos, coletivos e instituições de cultura com os quais a AE tem relações políticas;
- 9 – Produzir avaliações dos setoriais estaduais.
- 10 – Estimular a criação de núcleos e coletivos de cultura do PT (municipais, estaduais) como forma de organizar nossa atuação.